

A REDE DE ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL: PERSPETIVA INSTITUCIONAL

Joaquim António Belchior Mourato

INTRODUÇÃO

O desafio de tecer algumas considerações sobre o sistema de ensino superior português e a sua rede, é um tema aliciante mas assaz complexo, sobretudo dada a ponderação das reflexões conflituantes suscitadas nesta área.

A necessidade da reforma do ensino superior em Portugal é uma das temáticas mais debatidas nos últimos anos pela sociedade portuguesa. Este assunto tem presença obrigatória em todos os programas de governo da última década e faz parte integrante dos discursos dos dirigentes das instituições de ensino superior e das associações estudantis, bem como de académicos e pensadores. A comprovar estes factos constata-se o aumento de teses académicas e publicações nesta área.

Decorridas mais de três décadas sobre o 25 de abril de 1974, com o processo de democratização crescente do ensino superior e o aumento da investigação académica, Portugal confronta-se com uma nova realidade e com os desafios impostos pelo Espaço Europeu de Ensino Superior. Assim, mostra-se de manifesta pertinência a reflexão sobre o presente e o futuro do ensino superior português, mais concretamente no que concerne ao entendimento acerca da dinâmica das instituições públicas de ensino superior e em que medida é que esta se mostra adequada para responder às questões do desenvolvimento socioeconómico em Portugal.

Foi precisamente neste período, desde abril de 1974, que se constatou uma forte expansão da rede de ensino superior, temática esta que encontra agora especial enquadramento ao nível de opiniões divergentes, nomeadamente no que se refere aos critérios de necessidade e de racionalidade. Atualmente, o debate centra-se na necessidade de reorganizar a rede de estabelecimentos de ensino superior e a sua oferta formativa.

Várias são as questões que se colocam, comparativamente a outros países do Espaço Europeu de Ensino Superior e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), nomeadamente no sentido

de Portugal vencer o atraso ao nível da sua educação superior. Tal significa que o processo de reorganização da rede de estabelecimentos de ensino superior poderá não ser necessariamente um processo de extinção ou redução de instituições. Contudo, é desejável o aumento da cooperação entre estas, através de um processo que permita redefinir a sua missão e oferta formativa, na senda de alcançar um papel de relevo na formação de quadros superiores de excelência, competentes e promotores do desenvolvimento do País, da Europa e do mundo.

No âmbito do ensino politécnico, ao qual este artigo dedica particular enfoque, a missão da reordenação da rede de instituições é um dever que deve assumir-se enquanto pilar essencial para a sustentabilidade da educação, da economia, do estado social, e do País.

No escrito que agora se apresenta é traçada uma breve caracterização do sistema de ensino superior em Portugal, partindo-se posteriormente para uma abordagem à rede pública de instituições e à evolução do número de inscritos neste nível de ensino. Salienta-se o impacto regional das instituições politécnicas, prosseguindo-se o roteiro averiguando se existe, ou não, em Portugal, ensino superior a mais e, especificamente, excesso de ensino superior politécnico. Previamente à enunciação das considerações finais apresentam-se ainda algumas perspetivas a partir do exterior, no que concerne ao ensino superior português.

O SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL

O sistema de ensino superior português traduz-se num sistema binário. Neste modelo integram-se dois subsistemas, nomeadamente, o universitário e o politécnico (CCISP¹, 2006), à semelhança do que se verifica noutros países da União Europeia. Este sistema compreende, ainda, as vertentes de ensino público e não público (Machado & Taylor, 2010).

Foi após a Revolução de Abril que se assistiu à criação do sistema binário ao nível do ensino superior (Cardoso, Carvalho, & Santiago, 2011). Mais especificamente, foi a partir do ano de 1978 que em Portugal se verificou a criação do ensino superior politécnico (Comissão Europeia, 2007). Desde então, verificou-se uma relevante diversificação e expansão da rede de estabelecimentos, com o aumento do número de universidades públicas, a implementação do ensino superior politécnico público e a abertura à iniciativa privada (A3ES², 2012).

1 Conselho Coordenador Institutos Superiores Politécnicos.

2 Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.

O estabelecimento do ensino politécnico em Portugal em muito contribuiu para “colmatar a escassa democratização e a falta de diversificação do ensino superior existente até então” (Urbano, 2011, p.100).

O sistema binário introduziu várias implicações ao nível do ensino superior português, nomeadamente (CCISP, 2006):

- A natureza do ensino ministrado pelas instituições - mais conceptual nas universidades, mais teórico-prático nos institutos politécnicos.
- A diferente competência para conferir graus académicos - as universidades podem conferir o grau de licenciado, mestre e doutor, os politécnicos o de licenciado e o de mestre.
- A natureza da investigação - fundamental e aplicada nas universidades e aplicada nos politécnicos.

A REDE DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

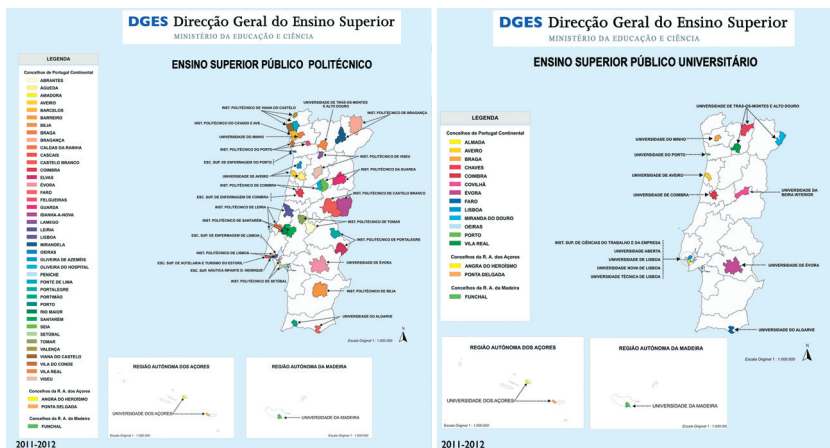
A rede de ensino superior portuguesa engloba 121 instituições, correspondentes a 338 unidades orgânicas, as quais se encontram distribuídas pelos subsistemas universitário e politécnico, entre estabelecimentos de natureza pública ou particular. No entanto, é de realçar que o ensino superior público agrega cerca de um terço das instituições e quase 60% das unidades orgânicas (A3ES, 2012).

A rede de estabelecimentos de ensino superior universitário público é atualmente constituída por 14 universidades e 1 instituto universitário não integrado. A estes estabelecimentos acrescem 4 instituições universitárias de ciências militares e policiais (DGES³, 2011/12).

O ensino politécnico público é ministrado em institutos superiores politécnicos, em escolas politécnicas não integradas em institutos e, ainda, em escolas politécnicas integradas em universidades. A rede pública de ensino politécnico compreende 15 institutos politécnicos, 5 escolas superiores não integradas, 2 instituições de ensino militar e policial e os estabelecimentos politécnicos de 7 universidades (Açores, Algarve, Aveiro, Évora, Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, e Madeira) (DGES, 2011/12).

³ Direção Geral do Ensino Superior.

Figura 1. Rede de ensino superior público

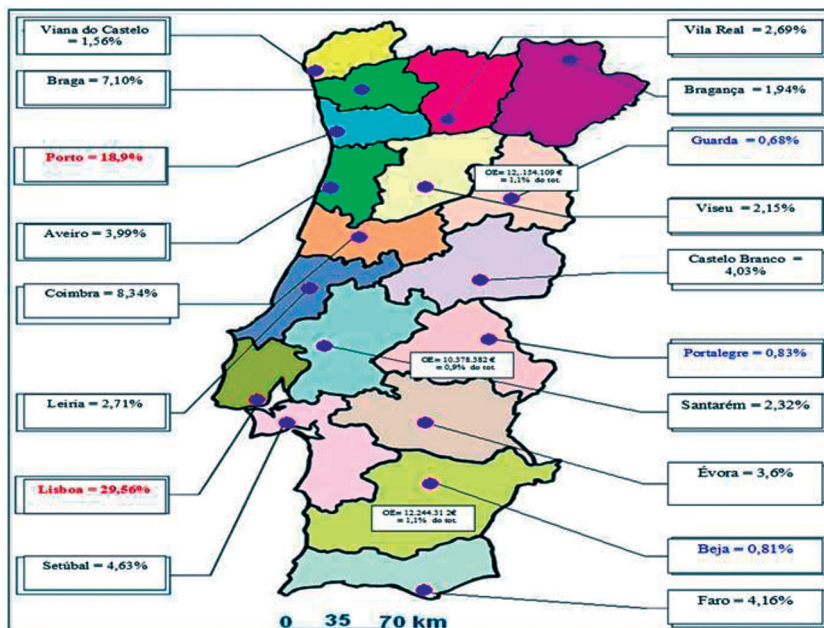


Fonte: DGES (2011/12).

Quanto à dispersão geográfica, as universidades públicas encontram-se situadas em 11 localizações. Já a rede das instituições de cariz politécnico distribui-se por mais de 20 localizações (A3ES, 2012). Assim, o subsistema politécnico assegura uma melhor cobertura geográfica do território nacional, comparativamente ao universitário, sobretudo no que se refere ao interior do país (Costa, 2002). Para a A3ES, uma das mais-valias do subsistema politécnico público enquadra-se precisamente na ampla cobertura geográfica da rede (A3ES, 2012) (Figura 1).

Já ao nível da dispersão geográfica dos cursos de ensino superior (primeiro ciclo) é de realçar que, com base em dados da DGES, relativos a 2011, consta-se que cerca de 30% dos 4.689 cursos existentes estão concentrados em 3% do território nacional, mais concretamente no distrito de Lisboa. Quase metade destes 4.689 cursos encontram-se nos distritos de Lisboa e do Porto e concentrados em 5,6% do território nacional. Manter o ensino superior nos três únicos distritos onde não existe mais nenhuma oferta formativa representou em 2011, apenas 3,1% do total do orçamento do ensino superior (34.776.803,00€) (Figura 2).

Figura 2. Dispersão geográfica dos cursos de ensino superior



Fonte: DGES (2011)

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INSCRITOS NO ENSINO SUPERIOR

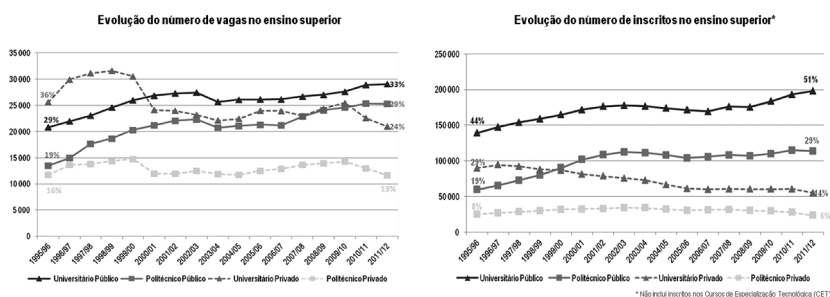
A evolução do número de alunos matriculados no ensino superior por subsistema de ensino é um indicador relevante e que comprova a evolução positiva do sector politécnico, a qual se traduz num crescente reconhecimento pela sociedade da qualidade das formações ministradas nas instituições de cariz politécnico. Como refere Urbano (2008), “A crescente valorização do ensino politécnico surge confirmada pelo emergir gradual de um movimento de procura específica deste subsistema de ensino enquanto preferencial” (p.7), para a qual naturalmente contribui o poder de atração sobre novos públicos com motivações e características sociais e escolares específicas.

Efetivamente não se poderia retratar o ensino politécnico português sem evidenciar o elevado nível de competitividade que este subsistema de ensino conseguiu adquirir, sobretudo nas últimas duas décadas. Atendendo ao período em questão, foi o ensino politécnico que apresentou o maior acréscimo ao nível da oferta do número de

vagas, o que em muito se deve a um crescente peso das instituições de ensino politécnico no mercado da oferta de formação superior em Portugal. Além disso, tem-se igualmente assistido, não só a uma tendência na diminuição do fosso entre o volume de candidaturas a cada um dos subsistemas (universitário e politécnico), mas também a um decréscimo do peso relativo da procura preferencial pelo ensino universitário⁴, o que se deve ao facto de parte dessa procura se ter direcionado para o ensino politécnico (Urbano, 2011).

É ainda de realçar que no ano letivo de 2011/12, estavam inscritos em instituições de ensino superior público 317.588 estudantes, 119.321 dos quais em instituições de ensino politécnico e 198.267 em instituições do subsistema universitário, representando por conseguinte o sector politécnico 38% da totalidade dos estudantes inscritos no ensino superior público, o que corresponde a 29% da totalidade do ensino superior (DGEEC⁵, 2012) – Figura 3.

Figura 3. Evolução de vagas e inscritos no ensino superior por subsistema de ensino: 1995/96 – 2011/12



Fonte: Autor, com base em DGEEC (2012).

AS INSTITUIÇÕES POLITÉCNICAS E O SEU IMPACTO REGIONAL

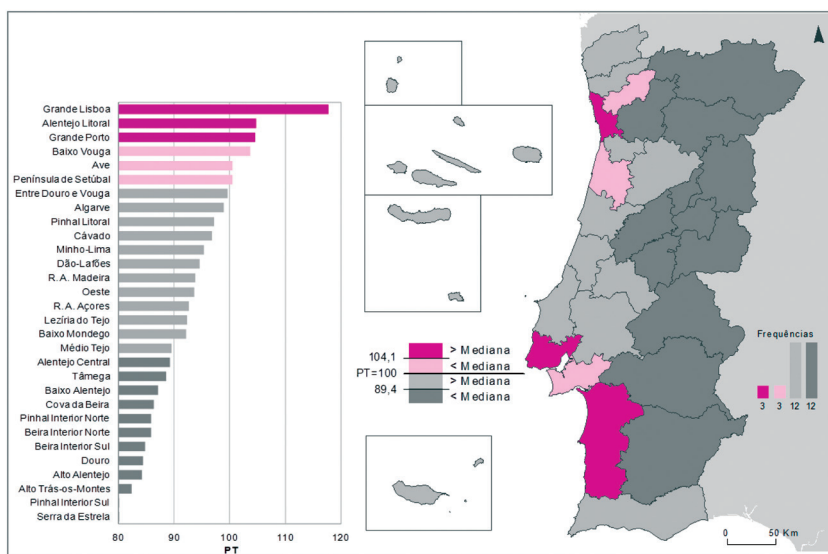
O Índice Sintético de Desenvolvimento Regional é um indicador do Instituto Nacional de Estatística (INE) que fornece uma visão alargada do crescimento regional, através da sua estruturação em três componentes, nomeadamente: competitividade, coesão e qualidade ambiental. Atendendo a dados de 2008, este indicador refletia que apenas 3 das 30 sub-regiões de Portugal superavam a média nacional,

4 Tendo por referência os dados da 1ª fase do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior até 2010.

5 Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

a saber: Grande Lisboa, Pinhal Litoral e Minho-Lima. Já o Baixo Vouga e a Beira Interior Sul apresentavam um desempenho marginalmente abaixo da referência nacional. No que respeita à competitividade verificava-se um contraste entre o Litoral continental (com maior competitividade) e o Interior (INE, 2011) – Figura 4.

Figura 4. Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (2008)



Fonte: INE (2011).

De acordo com a Comissão Europeia, as instituições de ensino superior contribuem para o desenvolvimento regional, para a coesão económica, social e territorial de forma sustentável. Vossensteyn (2012), tendo por base o contexto europeu, enfatiza especificamente o contributo das instituições de ensino politécnico para o desenvolvimento regional. De acordo com o autor, estes estabelecimentos de ensino são entidades de matriz marcadamente regional (tanto no que respeita à atração e recrutamento de estudantes, como à influência que exercem no mercado de trabalho da região, ou na colaboração com os parceiros sociais), tendo muitas vezes a função de estimular/apoiar a economia local – e.g. República Checa, Finlândia, Dinamarca, Noruega, Suíça e Irlanda (neste último país este tipo de instituições tem mesmo a missão de “educar para a indústria e comércio locais”).

Efetivamente, e à semelhança dos seus congéneres europeus, uma das intenções subjacentes à implementação do subsistema politécnico em Portugal era a promoção do desenvolvimento regional e das relações com as atividades económicas e sociais, política esta que ainda

se mantém válida até à atualidade (Costa, 2002; Diogo, 2009). Este é o princípio para que a formação de cariz politécnico se destine não só a responder às necessidades sentidas a nível nacional, mas também às exigências específicas das regiões onde se encontram inseridas as instituições politécnicas. No mesmo contexto, a European University Association (EUA) destaca que um dos pontos fortes dos atuais institutos politécnicos, no sentido da sua diferenciação competitiva, corresponde à sua distribuição geográfica, com o conseqüente apoio à economia regional e local, designadamente, na relação privilegiada com as pequenas e médias empresas que constituem a maioria do tecido empresarial português (EUA, 2013).

Já um estudo recente promovido pelo CCISP, no qual participaram sete institutos politécnicos⁶, conclui que o impacto direto destas instituições nas respetivas regiões varia entre os 27 e 171 milhões de euros, sendo que o seu peso médio no PIB varia entre os 5% e os 11% da região onde estão inseridas e são responsáveis pelo emprego de mais de 12% da população ativa dos concelhos. Esta investigação concluiu igualmente que, por cada euro investido pelo Estado no financiamento destas instituições, existe um retorno médio de 4,22€, podendo atingir o máximo de 8,07€ (Alves et al., 2013).

HÁ ENSINO SUPERIOR A MAIS? E ENSINO POLITÉCNICO?

Com base em indicadores da OCDE, Heckmann (2012) afirma que “Portugal está entre os países que mostraram um progresso mais rápido ao nível das qualificações de base, mas ainda se encontra muito aquém no que se refere aos níveis médio e superior” (p.2). De realçar que a percentagem de população portuguesa com ensino superior completo na faixa etária dos 25 aos 64 anos representa apenas 15%, enquanto que a média da OCDE se situa nos 31% (OCDE, 2012). Assim sendo, não poderá afirmar-se que em Portugal exista ensino superior a mais.

No que se refere concretamente ao ensino politécnico, é possível constatar que no ano letivo de 2012/13, a taxa de ocupação média dos cursos de licenciatura⁷ neste subsistema se situou nos 108%” (CCISP, 2013a). No entanto, é de referir que atendendo a dados disponibili-

6 Este estudo será, em breve, apresentado no Annual Forum 2013 da European Higher Education Society (EAIR), em Roterdão.

7 Que corresponde à razão entre o número de estudantes inscritos no primeiro ano, primeira vez e o número de vagas disponibilizadas no Concurso Nacional de Acesso.

zados pela Rede Europeia de Universidades de Ciências Aplicadas (UASNET), Portugal, de entre diversos países europeus, é o que apresenta uma menor proporção de estudantes inscritos no ensino superior politécnico (37%), comparativamente ao universitário. De realçar países como a Holanda, a Noruega, ou a Irlanda, em que a percentagem dos alunos inscritos no subsistema politécnico é de respetivamente, 64%, 47% e 41%.

Não poderia debater-se a temática da existência ou não de ensino politécnico a mais sem apresentar as discrepâncias existentes entre o peso relativo de ambos os subsistemas de ensino no que concerne a alguns indicadores. Como evidencia a Tabela 1, o ensino politécnico apesar de integrar quase 40% dos estudantes inscritos no ensino superior público, apenas beneficia de 30% do Orçamento de Estado (OE).

Tabela 1. Ensino superior público por subsistema (peso relativo)

	Estudantes	Funcionários	Custos com o pessoal	OE
Politécnico	37%	33%	29%	30%
Universitário	63%	67%	71%	70%

Fonte: Autor, com base em dados da DGES (2011).

No âmbito das questões relacionadas com o financiamento do subsistema politécnico, é de realçar o esforço das instituições politécnicas, considerando que as transferências do OE para as instituições de ensino superior têm vindo a ser sucessivamente reduzidas, traduzindo-se numa diminuição de financiamento em cerca de 40%. Em 2008, o financiamento público às instituições de cariz politécnico correspondia a 0,26% do montante total orçamentado para os serviços integrados e a 4,6% do financiamento total orçamentado para o sector da educação. Já em 2012, o valor orçamentado situou-se nos 0,13% do total para os serviços integrados e nos 3,9% do financiamento global para o sector da educação. Atendendo somente ao valor orçamentado para o ensino superior e serviços de apoio, apenas 27% deste foi transferido para as instituições de natureza politécnica, muito embora estas agreguem cerca de 38% dos alunos inscritos no ensino superior. Considere-se também que o número de estudantes inscritos aumentou, o que resulta numa diminuição do financiamento médio anual por aluno. Além disso, verifica-se que o financiamento anual médio por estudante, via OE, é menor no subsistema politécnico do que no subsistema universitário. Em 2011/12, o financiamento médio anual por estudante do ensino politécnico correspondeu a

cerca de 2.400€, enquanto no ensino universitário foi de 3.000€. De realçar que um aluno do ensino politécnico recebe em média menos 20% de financiamento que um seu homólogo do ensino universitário (CCISP, 2013a).

Face ao exposto, parecem não restar dúvidas que não existe politécnico em demasia.

PERSPETIVAS A PARTIR DO EXTERIOR

O relatório de avaliação do sistema de ensino superior português, elaborado em 2006 pela OCDE, a pedido do Governo português, fornece uma importante perspetiva do sistema de ensino superior nacional a partir do exterior. Este documento sublinha, não só a importância do modelo binário de ensino, corroborando a opinião de que esta estrutura dual deve ser mantida e reforçada, como também do papel das instituições politécnicas (OCDE, 2006). Nas palavras dos peritos, “os politécnicos dão um importante contributo à sustentabilidade de um sistema de ensino superior [...] e capacitam uma expansão eficiente com equidade e geralmente ajudam os seus alunos a progredir e a ter sucesso com padrões aceitáveis de aprendizagem” (p.53). Na opinião da equipa de avaliação, os licenciados das instituições politécnicas “estão particularmente preparados para sectores que contribuam para o crescimento da produtividade nacional através da aplicação de capacidades e adoção de tecnologias” (p.53). O referido documento afirma ainda que Portugal “não necessita de aumentar o número de licenciados provenientes de programas universitários de longo ciclo, predominantemente orientados para a investigação” (p.32), mas sim de incrementar a diversidade de programas de estudo de cariz vocacional. Já no que se refere à temática da reorganização da rede, a equipa de avaliação questiona a sua pertinência, uma vez que mantém “sérias reservas relativamente ao facto de esta situação ter ou não razões suficientes para embarcar numa reconfiguração nacional do panorama institucional, envolvendo um número significativo de fusões, consolidações ou fecho de instituições” (p. 35).

Ainda no âmbito das perspetivas externas acerca do sistema de ensino superior português é de mencionar que, embora o Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades da Política Económica (Troika) nada refira em relação a este sistema de ensino, também um estudo recente levado a cabo pela EUA defende a manutenção e reforço do sistema binário, cuja eficácia deverá assentar na especificidade da missão das instituições e na igualdade de estatuto (EUA, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estratégia nacional para o ensino superior deve radicar na defesa de um sistema forte, articulado e responsável face às grandes metas do País, na senda da competitividade e da capacidade de afirmação internacional.

Como é do conhecimento geral, o País continua a ter um enorme défice de qualificação e, como tal, a necessitar de um sistema de ensino superior com uma matriz mais profissionalizante. Para uma resposta efetiva a esta questão, entende-se que há necessidade de ir além de uma noção simplista do modelo binário, viabilizando as condições para a consolidação de um sistema coerente, diversificado e sustentado. Neste contexto, considera-se importante que, sem que se ponha em causa a diversidade existente em cada um dos subsistemas, se deverá promover uma melhor definição da missão de cada um destes, reforçando a matriz profissionalizante do ensino politécnico com um modelo de formação e investigação orientado para a atividade empresarial ou criativa, de impacto direto no tecido produtivo.

Tomando sempre como linha orientadora os critérios de racionalidade económica, eficiência e eficácia, pretende-se obter a máxima rendibilização dos recursos públicos. Para isso, as instituições devem ponderar desenvolver parcerias e consórcios no sentido de realizarem atividades conjuntas, sem que com isso seja posto em causa o perfil individual de cada uma. São disto exemplo a implementação da Associação de Politécnicos do Centro e da Associação de Politécnicos do Norte que se traduzem em parcerias resultantes dos politécnicos dessas regiões. São ainda de realçar, apesar da autonomia das instituições, os projetos resultantes da cooperação conjunta em que o CCISP surge como entidade coordenadora, tais como, o e-Politécnico, ou o Poliemprende, bem como outras iniciativas comuns, nomeadamente, a atribuição de graus, a internacionalização, os centros de investigação aplicada e a prestação de serviços à comunidade.

A principais considerações finais a extrair do desenvolvimento da temática deste artigo são coincidentes com as propostas que o CCISP apresenta para o futuro do ensino superior politécnico português e podem enquadrar-se em cinco pilares fundamentais de consolidação do subsistema politécnico, tendo em atenção a articulação entre as orientações do quadro de referência europeu com as necessidades do país e do sistema, designadamente (CCISP, 2013b):

- Otimização de recursos e da capacidade instalada;
- Aumento da qualificação dos recursos humanos do País, com particular destaque para a formação ao longo da vida e para a existência de novos públicos;

- Melhoria da qualidade de ensino, consolidando um modelo formativo de orientação profissionalizante;
- Desenvolvimento da investigação aplicada como catalisadora da atividade económica, da inovação e da criação de riqueza, e promotora do desenvolvimento e da coesão regional, para além de fonte complementar de financiamento das instituições;
- Internacionalização como estratégia de abertura ao exterior e de enriquecimento técnico-científico e cultural, aumentando, simultaneamente, os recursos próprios das instituições e a captação de investimento externo.

Com referência a estas bases têm-se como pertinentes os seguintes eixos orientadores para a reorganização do ensino superior em Portugal, a saber:

- Articulação das instituições politécnicas com as suas congéneres europeias, adotando a designação de Universidades de Ciências Aplicadas e, em termos internacionais, University of Applied Sciences.
- Reordenação da rede de instituições politécnicas, no respeito pela sua autonomia e por sua iniciativa, através de consórcios ou de fusões que resultem de um projeto com evidentes mais-valias para o sistema de ensino superior português e para o País.
- Consolidação da identidade dos dois subsistemas de ensino superior.
- Racionalização do número de cursos de 1.º ciclo, incluindo a harmonização das designações, em todo o ensino superior.
- Otimização dos recursos financeiros, mantendo o subsistema sustentável.
- Reforço da investigação aplicada, da criação cultural e da prestação de serviços especializados, e transferência de conhecimentos para a comunidade, com particular incidência na promoção da inovação regional.
- Reforço da internacionalização, com ligação, nomeadamente, à comunidade lusófona e à Europa.
- Credibilização e promoção de uma via de qualificação e especialização profissionalizante, com títulos e graus académicos desde os ciclos curtos (*short cycles*) até ao doutoramento de caráter profissional.

É ainda de realçar que para a sustentabilidade do ensino superior em Portugal, se poderiam considerar as eventuais propostas, nomeadamente:

- Implementação de uma política de vagas equilibrada com o número de candidatos ao ensino superior e estável entre os subsistemas.
- Definição de um catálogo de ciclos de estudos, dos diversos níveis, assente num modelo formativo diferenciado, para cada perfil institucional (Universidades tradicionais e Universidades de Ciências Aplicadas), com estabelecimento de um período de transição.
- Integração no ensino superior dos Cursos de Especialização Tecnológica ou criação dos Cursos Superiores Especializados, com duração de dois anos (*Short Cycles of Higher Education*).
- Criação de Centros de Investigação Aplicada, transversais a todo o sistema de ensino superior politécnico, e em articulação com o tecido empresarial, com programa próprio de financiamento na Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

Existe a consciência da não preconização no imediato destas propostas, pelo contrário, considera-se que estas exigem concertação e também, em alguns casos, estudos avaliativos, redefinição programática de prioridades, contratualização de objetivos e resultados. Considerando que a tarefa é vasta, mais urgente se torna o seu início.

BIBLIOGRAFIA

- Alves, J., Carvalho, L., Correia, F., Cunha, J., Farinha, L., Fernandes, J., Ferreira, M., Lucas, E., Nicolau, A., Nunes, S., Nunes, S., Oliveira, P., Pereira, C., Pinto, S., & Silva, J. M. (2013). *The Socio-economic impact of a Polytechnic Institution in a local economy: Some insights of field research*. Artigo inédito a apresentar no Annual Forum 2013 da European Higher Education Society (EAIR), Roterdão, Holanda.
- A3ES (2012). *O sistema de ensino superior em Portugal - Parte I*. Consultado em 21 março, 2013, através de http://www.fenprof.pt/Download/FENPROF/SM_Doc/Mid_132/Doc_6444/Anexos/SESP_Parte_I.pdf
- Cardoso, S., Carvalho, T., & Santiago, R. (2011). From students to consumers: Reflections on marketization of portuguese higher education. *European Journal of Education*, 46(2), 271–284
- CCISP (2006). *Breve caracterização do ensino superior em Portugal: Visão dos Institutos Politécnicos*. Lisboa: Autor.
- CCISP (2013a). *Posição do CCISP sobre o Projeto de resolução n.º 688/ XII, que recomenda ao governo que tome medidas no sentido de clarificar a missão das diferentes instituições de ensino superior e articular a oferta formativa no ensino superior* (Ofício Circular do CCISP n.º 147/2013).
- CCISP (2013b). *Propostas para o futuro do ensino superior politécnico português* (Documento síntese). Consultado em 23 julho, 2013 através de <http://www.ccisp.pt/Doc/CNE/Síntese%20propostas%20CCISP%20para%20o%20ensino%20superior.docx>
- Comissão Europeia (2007). *Organização do sistema educativo em Portugal (2006/07)*. Consultado em 6 novembro, 2011, através de http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/eurybase/eurybase_full_reports/PT_PT.pdf
- Costa, J. V. (2002). *Ensino universitário e politécnico*. Consultado em 15 março, 2013, através de <http://www.spbs.pt/ENSINO-UNIVERSITARIO-E-POLITECNICO.pdf>
- DGEEC (2012). *Estatísticas ensino superior: Vagas e inscritos*. Consultado em 23 julho, 2013, através de <http://www.dgeec.mec.pt/np4/84/>
- DGES (2011/12). *Rede pública do ensino superior*. Consultado em 16 março, 2013, através de <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Rede/Ensino+Superior/Estabelecimentos/Rede+Pública/>
- Diogo, S. M. A. (2009). *A herança de Bolonha no sistema binário de ensino superior português*. Dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.
- EUA (2013). *Portuguese higher education: A view from the outside*. Consultado em 23 julho, 2013, através de http://www.eua.be/Libraries/Publication/CRUP_final_pdf.sflb.ashx
- Heckmann, C. (2012). Education at a Glance: OECD Indicators 2012 (Country note – Portugal). Consultado em 29 Março, 2013, através de <http://www.oecd.org/education/CN%20-%20Portugal.pdf>
- INE (2011). Índice Sintético de Desenvolvimento Regional – 2008. Consultado em 29 março, 2013, através de http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=106837721&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

- Machado, M. L., & Taylor, J. S. (2010). The struggle for strategic planning in european higher education: The case of Portugal. *Research in Higher Education Journal*, 6, 1-20.
- OCDE (2006). Reviews of national policies for education - tertiary education in Portugal: Examiners' report. Consultado em 29 março, 2013, através de http://www.ipvc.pt/sites/default/files/relatorio_ocde_en.pdf
- OCDE (2012). *Education at a Glance 2012: OECD Indicators*. Consultado em 25 março, 2013, através de <http://www.oecd.org/edu/eag2012.htm>
- Urbano, C. (2008, junho). *O Ensino Politécnico – (Re)definição e (re) posicionamento no panorama da formação superior em Portugal*. Comunicação apresentada no VI Congresso Português de Sociologia – Mundos Sociais: Saberes e Práticas, Lisboa, Portugal.
- Urbano, C. (2011). A (Id)entidade do ensino superior politécnico em Portugal – Da Lei de Bases do Sistema Educativo à Declaração de Bolonha. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 66, 95-115.
- Vossensteyn, H. (2012, outubro). *Characterisation of UAS institutions: International comparison & U-Map profiles*. Comunicação apresentada na 2nd Conference of Universities of Applied Sciences Network (UASNET), Bragança, Portugal.